



VIA DA CÂMARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

PROJETO DE LEI Nº 50 , DE 28 DE MARÇO DE 2023

PROTOCOLADO
28 / 03 / 2023
11:44
Câmara Municipal de Santa Luzia

Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 4.515, de 02 de dezembro de 2022.

Art. 1º Os incisos I, II e o *caput* do art. 3º da Lei 4.515, de 02 de dezembro de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando o artigo acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 3º O parcelamento deverá ser requerido pelo próprio contribuinte, devidamente identificado, ou seu representante legal, mediante assinatura do Termo de Confissão Irretratável de Dívida com Requerimento, a ser firmado na Secretaria Municipal de Finanças ou, quando já houver execução fiscal ajuizada, na Procuradoria-Geral do Município, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia da Carteira de Identidade e CPF (Cadastro de Pessoa Física), do titular Pessoa Física, ou no caso de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) do sócio, ou representante legal; e

II - no caso de requerimento por procuração, anexar o instrumento de mandato com poderes específicos do devedor ou de seu representante legal, acompanhado das cópias dos documentos de identificação e CPF do outorgante e do outorgado.

§ 3º O parcelamento poderá ainda ser realizado por terceiro interessado, que deverá, além de apresentar a documentação constante neste artigo, firmar Termo de Confissão de Dívida com Fiança, assumindo a condição de devedor solidário da referida obrigação.”

Art. 2º Os §§ 1º, 2º e 3º do art. 5º da Lei nº 4.515, de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando o artigo acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 5º

§ 1º A adesão ao parcelamento fica condicionada:

I - ao recolhimento do valor constante de documento a ser emitido pela Superintendência de Tributos, setor afeto à Secretaria Municipal de Finanças, que informará o débito com regularização incentivada, o desconto concedido e a data-limite para o pagamento;

II - à aceitação plena e irrestrita de todas as condições estabelecidas nesta Lei; e





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

III - à apresentação, se for o caso, de procuração, com poderes específicos, do devedor ou de seu representante legal.

§ 2º Caso o pagamento da primeira parcela não seja efetuado dentro do mês de adesão ao parcelamento, a contar de seu deferimento, o pedido será cancelado e arquivado.

§ 3º Considera-se formalizada a adesão ao parcelamento de que trata esta Lei com:

I - o pagamento à vista ou, no caso de parcelamento, o pagamento da 1ª (primeira) parcela;

II - a assinatura do Termo de Confissão Irretratável de Dívida; e

III - quanto aos créditos ajuizados, a adesão ao parcelamento fica condicionada ainda à atualização de dados cadastrais realizada junto ao órgão competente, ora denominada recadastramento.

§ 4º O pagamento integral e à vista ou o parcelamento de créditos previstos neste artigo importam no reconhecimento da dívida e a interrupção do prazo prescricional e a incondicional e definitiva desistência de eventual ação judicial, reclamação ou recurso administrativo correspondente ou relacionado a eles.”

Art. 3º O *caput* do art. 10 da Lei nº 4.515, de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. A falta de pagamento de 03 (três) parcelas, sucessivas ou não, implicará imediata rescisão do parcelamento e inscrição em dívida ativa.

.....”

Art. 4º Os §§ 1º e 3º do art. 12 da Lei 4.515, de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.”

§ 1º O pedido de reparcèlement deverá ser requerido pelo próprio contribuinte, devidamente identificado, ou seu representante legal, mediante assinatura de novo Termo de Confissão Irretratável de Dívida com Requerimento, a ser firmando na Secretaria Municipal de Finanças ou, quando já houver execução fiscal ajuizada, na Procuradoria-Geral do Município.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

§ 3º Deixando o contribuinte de efetivar o pagamento de qualquer parcela até o vencimento, implicará imediata rescisão, vencimento antecipado e multa de 10% (dez por cento) sobre o montante devido.

.....”

Art. 5º O inciso II do *caput* do art. 13. da Lei nº 4.515, de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

II - multa moratória, da seguinte forma:

a) 10% (dez por cento) do valor devido, quando o pagamento for efetuado dentro de 30 (trinta) dias após o vencimento; e

b) 20% (vinte por cento) do valor devido, quando o pagamento for efetuado após 30 (trinta) dias do vencimento.

.....”

Art. 6º O *caput* do art. 14 da Lei nº 4.515, de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. O crédito não tributário pago na sua integralidade à vista, até a sua data de vencimento, terá desconto de 10% (dez por cento) sobre os juros e multas.”

Art. 7º O art. 16 da Lei nº 4.515, de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. O controle dos parcelamentos previstos nesta Lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Finanças, que deverá encaminhar à Procuradoria-Geral, mensalmente, relação dos parcelamentos inadimplidos, conforme art. 10 desta Lei, com as respectivas Certidões da Dívida Ativa - CDAs dos créditos remanescentes para cobrança judicial.”

Art. 8º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 4.515, de 2022:

I - os incisos III, IV e V do *caput* do art. 3º;

II - os §§ 1º e 2º do art. 3º;

III - o § 2º do art. 12;

IV - o parágrafo único do art. 13; e





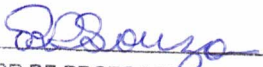
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

V - o parágrafo único do art. 14.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Luzia, 28 de março de 2023.

LUIZ SÉRGIO FERREIRA COSTA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

Prefeitura Municipal de Santa Luzia	
PUBLICADO EM:	28 / 03 / 23
NOME:	Rosa Ângela de Souza
MATRÍCULA:	Matrícula: 10884
	
SETOR DE PROTOCOLO	





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

MENSAGEM Nº 016/2023

Santa Luzia, 28 de março de 2023.

Exmo. Senhor Presidente,

Exmos. Senhores Vereadores,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei que “Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 4.515, de 02 de dezembro de 2022”.

Trata-se de demanda de grande importância, visando à necessidade da regulamentação, perante o Município, da possibilidade de adesão, pelo munícipe, ao parcelamento de créditos não tributários, uma vez que a Lei nº 4.515, de 2022, encontra-se delineada com entraves para sua operabilidade.

As alterações ora propostas foram originadas de demanda da Secretaria Municipal de Finanças, conforme a Comunicação Interna nº 019/2023, a partir da verificação de alguns ajustes operacionais necessários à plena efetivação do instituto do parcelamento de créditos não tributários. Neste sentido, foram tomadas medidas para aproximar o procedimento em apreço àquele já previsto para o parcelamento de créditos tributários. Com isto, tem-se a simplificação, padronização, e ganho de eficiência para o contribuinte.

Por conseguinte, no art. 3º retirou-se a obrigatoriedade de documentação, permanecendo apenas o Termo de Confissão de Dívida que virá com um texto, no qual o contribuinte requererá o parcelamento, com apresentação e cópia de documento pessoal (CPF ou Carteira de Identidade).

Revogou-se, ainda, a disposição que trata dos casos em que o contribuinte não for proprietário do imóvel, visto que, em regras, as multas são lançadas em nome da pessoa (física ou jurídica), e não do imóvel. Permaneceu a exigência, tão somente, para o caso de fiador, terceiro interessado na realização do parcelamento.

Modificou-se ainda, os prazos para pagamento, retirando-se o parágrafo que trata do cancelamento do parcelamento, caso o contribuinte não quite a guia em 5 (cinco) dias.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

No art. 13, alterou-se a forma de aplicação da multa, seguindo os mesmos critérios dos créditos tributários.

Por inviabilidade técnica de averiguação do critério, revogou-se ainda o parágrafo que trata de desconto para contribuintes que não possuam outros débitos com o Município.

Destarte, é necessária a edição pelo Município de Santa Luzia, do presente Projeto de Lei visando instituir, de fato, o parcelamento dos créditos não tributários originados no Município, da mesma forma como existe disposição legal acerca da possibilidade de parcelamento dos créditos tributários, vide a Lei nº 3.194, de 2011, e das Leis Estaduais e Federais sobre a matéria.

Na oportunidade, ressaltamos a relevância da presente alteração, eis que diversos contribuintes tem procurado o Fisco com o intuito de negociar suas dívidas de natureza não tributária.

Diante de todo o exposto, considerando a superlativa necessidade do Projeto de Lei colocado sob o crivo do Legislativo Municipal, certo de que o mesmo receberá a necessária aquiescência de Vossas Excelências, submeto-o a exame e votação, conforme o Regimento Interno dessa Casa.

Cordialmente,

LUIZ SÉRGIO FERREIRA COSTA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

Prefeitura Municipal de Santa Luzia	
PUBLICADO EM:	28/03/23
NOME:	Rosa Ângela de Souza
MATRÍCULA:	10884
	
SETOR DE PROTOCOLO	





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

Art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Órgão responsável:

Secretaria Municipal de Finanças

Objeto: "Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 4.515, de 02 de dezembro de 2022".

DECLARAÇÃO

Declaro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e considerando a natureza do objeto, que o presente Projeto de lei **não afetará as metas de resultados fiscais e a estimativa de impacto resta dispensada** por não se enquadrar na definição legal de "Renúncia de Receitas"¹.

Santa Luzia, ____ de março de 2023.

Ordenador de despesas

Márcia Carolina Marques Almeida
Secretaria de Finanças

¹ Parecer PGM nº 058/2021

